CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ISSN 2763-8588

APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (2019): perspectivas teóricas

***Verônica Santana Epifânio*[1]**

1. Alfabetização e Políticas Públicas

Resumo: : Este trabalho é resultado de uma pesquisa mais ampla intitulada *Políticas de Alfabetização no Brasil: estudo sobre as correlações entre a PNA e o Relatório Alfabetização Infantil: os novos caminhos.* Objetiva, portanto, discutir o que tem sido enunciado sobre autoras e autores do campo da alfabetização sobre a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Adota como referencial teórico contribuições da perspectiva bakhtiniana de linguagem no que diz respeito às noções de texto/enunciado, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica. Conclui que há relevantes apontamentos apresentados nos estudos/ nos enunciados das autoras e autores, apontamentos estes, signiticativos para construção de nosso *excedente de visão* acerca da PNA, sua influência para todo âmbito educacional brasileiro, processo de alfabetização e vivências de todas crianças, jovens, adultos e idosos brasileiros.

Palavras-chave: Alfabetização infantil; PNA; Políticas de alfabetização.

Introdução

Buscando a contemplação ética e estética, somos seres ativos, responsáveis e responsivos e, por conseguinte, levamos em consideração que, "[...] nossas palavras nós tomamos, diz Bakhtin, da boca dos demais. 'Nossas' palavras são sempre em parte dos demais [...]" (PONZIO, 2008, p. 23). Assim, neste texto, dialogaremos com enunciados de autoras e autores do campo da alfabetização que problematizaram a *Política Nacional de*

[1]Mestranda em educação na linha de pesquisa Educação e Linguagens pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista Capes (Atualmente). Contato: veronicaepifanio1996@gmail.com

Alfabetização, instituída por meio do Decreto n.º 9.765. de 11 de abril de 2019, que focaliza em seu art. 1º sobre, "[...] a implementação de programas e ações voltados a promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização [...] e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional"(BRASIL, 2019, p. única).

Fundamentadas na perspectiva bakhtiniana de linguagem, entendemos a relevância do diálogo, sendo este constituidor do *eu* e do *outro,* em ininterruptos discursos que, como aponta Fiorin (2009, p. 156), "[...] tem também uma dimensão política na construção da consciência das pessoas".

Adotamos a metodologia de pesquisa bibliográfica. Assim, compreendemos os ensaios tomados como objetos de nosso estudo como texto/enunciados na perspectiva bakhtiniana, sendo o texto para Bakhtin (2011), a realidade imediata, "[...] (realidade do pensamento e das vivências), a única da qual podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento" (BAKHTIN, 2011,
p. 307). Logo, o texto e/ou o documento deve, então, ser lido e analisado como enunciado, ou seja, "[...] incluído na comunicação discursiva" (BAKHTIN, 2011, p. 309).

Bakhtin e os conceitos de linguagem, texto/enunciado, sujeito, política e alfabetização

Ancorada na perspectiva bakhtiniana de linguagem, como mencionado, adotamos como conceitos fundamentais, os de texto/enunciado. Assim, a linguagem, como aponta Fiorin (2020) penetra na vida por meio dos enunciados concretos, devendo ser compreendida atrelada a atividade humana. Nesse sentido, o autor assinala que, "[...]os seres humanos agem em determinadas esferas de atividades, as da escola, as da igreja, as do trabalho num jornal, as do trabalho numa fábrica, as da política, as das relações de amizade e assim por diante[...] (FIORIN, 2020, p. 68).

Nessa perspectiva, Bakhtin (2011) salienta que o ser humano é expressivo e falante, ou seja, produtor de textos/enunciados. Daí nos vem a compreensão acerca de nossa existência como seres e/ou sujeitos, sociais e, por conseguinte, discursivos, responsáveis e responsivos, circunscritos em uma realidade social, construídos tanto subjetivamente (individualmente) quanto coletivamente (socialmente), por meio das relações com as outras pessoas.

O texto/enunciado é a *unidade da comunicação discursiva* e, segundo Filho e Torga (2011, p.1), o enunciado nascido da/na inter-relação discursiva não deve ser compreendido apenas numa perspectiva de uma frase enunciada, mas sim como "[...] uma unidade mais

complexa que transcende os limites do próprio texto, quando este é tratado apenas sobre o prisma da língua e de sua organização textual". Logo, o texto, como ressaltado por Bakhtin (2011, p. 401), "[...] só tem vida contatando com outro texto (contexto)".

Desse modo, Fiorin (2009) aponta sobre os aspectos envoltos na compreensão do que vem a ser a política e nos ajuda a compreender a etimologia da palavra aliada a seu significado

histórico social, salientando sobre as *relações de poder* existentes em nossa sociedade. Assim: "[...] Política diz respeito ao poder, ou melhor, aos poderes [...] não só ao que está dentro do campo da aceitabilidade tradicional desse termo, mas também todas as relações de poder que se exercem na vida cotidiana (FIORIN, 2009, p. 148).

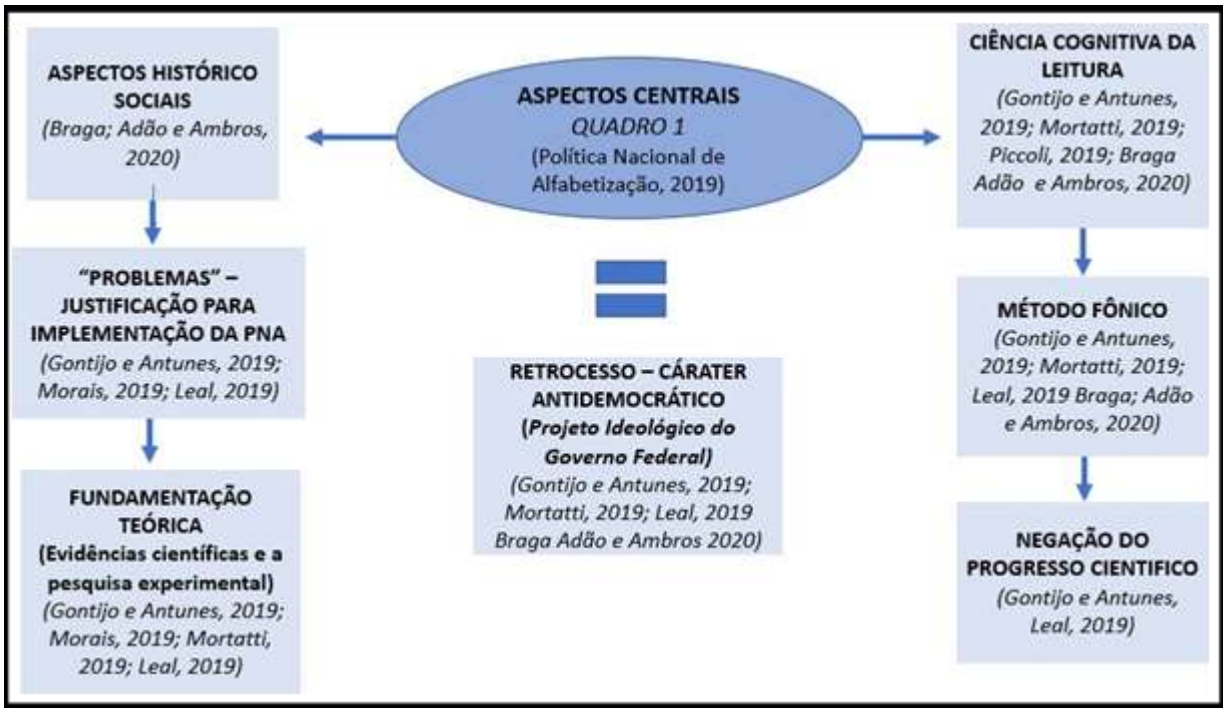
Assim, como sujeitos socialmente constituídos e, portanto, dialógicos, produtores de discursos, enunciadores e enunciativos, circunscritos em esferas de atividades humanas, onde a enunciação é um microcosmo de conflito social, podemos compreender que toda enunciação "[...] é determinada pelas condições exteriores, pelo contexto social imediato, como produto da interação de dois indivíduos, pois o enunciado se dirige a alguém e é em função dessa orientação que ele se concretiza (PUZZO, 2015, p. 178).

Diálogos com os ensaios produzidos sobre a PNA

Neste tópico, dialogamos com os ensaios que têm como foco dialógico e/ou reflexivo a *Política Nacional de Alfabetização*. Os ensaios foram encontrados , por meio de processo de estudo e busca ativa na plataforma do Google Acadêmico, tendo como descritores de busca *Política Nacional de Alfabetização* e *Nova PNA*. Foram encontrados,cinco artigos advindos da edição especial de n.º 10, da Revista Brasileira de Alfabetização (ABalf), no Dossiê intitulado *Política Nacional de Alfabetização em foco* (GONTIJO; ANTUNES, 2019; MORAIS, 2019; MORTATTI, 2019; LEAL, 2019; PICCOLI, 2019) e um sexto artigo advindo da Revista *Educação, Ciência e Cultura* (BRAGA; ADÃO; AMBROS, 2020).

Salientamos que os artigos encontrados e/ou contemplados são ensaios que abordam a Política Nacional de Alfabetização (PNA) datados dos anos de 2019 e 2020. Após etapa de estudo dos artigos, organizamos, no formato de esquema, aspectos centrais discutidos nos textos. Vejamos:

Figura 1 - Esquema: Aspectos centrais tratados nos textos



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base no Esquema, percebemos que os autores dos artigos abordam e problematizam aspectos histórico sociais; "Problemas" / justificação para implementação da PNA; fundamentação epistemológica a partir do pressuposto das evidências cientificas, com foco na pesquisa experimental, base na Ciência Cognitiva da Leitura, método fônico; negação do progresso científico existente durante o percurso histórico, social, educacional e político.

Nessa perspectiva, os textos estudados adotam como pressupostos metodológicos e, por conseguinte, como metodologia de pesquisa a perspectiva qualitativa, por meio da pesquisa documental, cujo objeto de análise é o caderno da Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019).

Braga; Adão e Ambros (2020), no que diz respeito aos aspectos históricos, pontuam sobre a incidência, em maior ou menor grau, das influências das correntes mundiais de pensamento pedagógico, advindas das vertentes religiosas, filosóficas ou políticas, a repercussão moral e social do termo *analfabeto* e a existência ininterrupta de discursos sobre a alfabetização e o acesso à leitura e a escrita. Na opinião dos autores, esses discursos, "[...] por parte da população brasileira, estiveram e estão em constante pauta de planos e programas autoritários ou democráticos" (Braga; Adão e Ambros, 2020, p. 243).

Refletindo a partir dos aspectos apresentados pelo documento da Política Nacional de

Alfabetização (PNA, 2019) para justificação de sua implementação Gontijo e Antunes (2019), Mortatti (2019), Morais (2019) e Leal (2019) salientam, como apontado por Braga; Adão e Ambros *(*2020), sobre o modo como o Brasil não tem conseguido alfabetizar. Leal (2019, p. 79) ressalta, ainda, que "[...] o Ministro da Educação, logo na introdução do Documento, diz que o Brasil tem problemas graves no ensino da leitura e da Escrita [...]".

Assim, Gontijo e Antunes (2019) apontam a expressiva necessidade de, a partir desse aspecto apresentado pela PNA, compreender, atrelado ao processo de alfabetização, sobre a questão da privatização, pois, "[...] desde o início dos anos 2000, o discurso que *reaparece* no caderno desta política está exposto em materiais e métodos produzidos por empresas privadas e, também, no relatório (BRASIL, 2007) elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) [...]"(GONTIJO E ANTUNES, 2019, p. 35).

Assim, Gontijo e Antunes (2019) abordam sobre dois problemas crônicos da educação apontados no relatório do GT e da PNA, ou seja, o modo como o Brasil não tem conseguido alfabetizar. Para solução desse problema, ambos indicam a necessidade de utilização de conhecimentos científicos e dados de avaliações para melhora da qualidade do âmbito educacional brasileiro. Para tanto, ao refletirem sobre os dados e evidências contidas em relatórios nacionais e internacionais, salientam sobre a "[...] a necessidade de o Brasil acompanhar o progresso científico e metodológico[...]pois, na perspectiva dos/as especialistas colaboradores/as do MEC, as políticas e práticas de alfabetização nacionais têm ignorado esse progresso." (GONTIJO; ANTUNES, 2019, p. 35).

Quanto à fundamentação teórica que deve subsidiar as políticas nacionais de alfabetização, Gontijo e Antunes (2019), Morais (2019), Mortatti (2019) e Leal (2019) versam tanto sobre a chamada Evidência Cientifica quanto sobre a pesquisa experimental que, segundo os argumentos trazidos pelos autores e/ou estudiosos, são impostos pela PNA. Morais (2019, p. 71) acredita que é uma falácia o fato de a PNA apresentar-se baseada em evidências cientificas e criticar o fato de o Brasil não ter se baseado nessas evidências para elaborar suas políticas de alfabetização. Assim diz que, "[...]essa falaciosa acusação nos parece um artificio autoritário, com um evidente interesse de calar quem pensa e pesquisa de modo diferente daquele idolatrado pelos psicólogos cognitivos e neurocientistas[...] (MORAIS, 2019,p. 71).

Gontijo e Antunes (2019, p. 36) apontam que as pesquisas experimentais, "[...] utilizam metodologias baseadas no modelo das ciências exatas e naturais (a experimental)[...]". Segundo Leal (2019, p. 77, grifos da autora), "[...] mesmo dentro da concepção de ciência adotada nos estudos citados pelo MEC, há um profundo desconhecimento dos debates existentes no interior da tendência dos estudos experimentais que embasam os métodos fônicos[...]" (LEAL, 2019, p. 75).

Considerando as reflexões acerca da fundamentação teórica e metodológica que embasam as pesquisas que fundamentam a PNA, podemos perguntar: há (na PNA) uma negação do progresso científico e/ou dos fundamentos teórico metodológicos produzidos no campo da alfabetização? Gontijo e Antunes (2019) e Leal (2019) apontam sobre uma possível negação do progresso científico. Leal (2019, p. 77) admite que há uma negação de fundamentos teóricos metodológicos diferentes do positivismo clássico. Salienta ainda que, ao se negar fundamentos teóricos metodológicos diferentes do positivismo clássico, está sendo negado a produção de conhecimentos diferentes, com abordagens e olhares diferentes.

Segundo Gontijo e Antunes (2019, Mortatti (2019), Piccoli (2019) e Braga; Adão e Ambros (2020), a denominada Ciência Cognitiva da Leitura é tomada como perspectiva epistêmica da PNA. Gontijo e Antunes (2019, p. 36) assinala que a Ciência Cognitiva "[...] nasce das denominadas ciências cognitivas, como a neurociência, que estudam o funcionamento do cérebro humano". Ademais, as autoras salientam que essa perspectiva também foi/é trazida no relatório *Alfabetização Infantil: novos caminhos*.

A partir dessa vertente, o método fônico é apontado pela PNA, como sublinhado por Gontijo e Antunes (2019), Mortatti (2019), Piccoli (2019) e Braga *et. Al* (2020), como o método preferencial para a implementação da nova Políticas Nacional na realidade educacional brasileira. Assim, segundo Braga; Adão e Ambros *(*2020, p. 249, grifo dos autores), "[...] o método sintético fônico é considerado como preferencial por ter sido comprovadamente eficaz nos eventos retificados pelo *National Reading Panel* (2000)[...]"

Ainda sobre a discussão acerca do método fônico, Mortatti (2019) aponta que, conforme analisado, a PNA o compreende como uma solução para o processo de *ensinoaprendizagem* nas escolas brasileiras. Seguindo essa mesma premissa, Piccoli (2019) salienta sobre a denominada *supervalorização da consciência fonêmica,* percebida pela autora como um possível problema, já que a supervalorização da consciência fonêmica pode estar "[...] desprezando um conjunto amplo e diverso de habilidades metafonológicas que impulsionam o avanço da criança ao domínio do sistema de escrita alfabética" (MORAIS, 2019, p. 106).

Podemos perceber frente a essas perspectivas, como apontado por Braga; Adão e Ambros *(*2020, p. 251), que há, no documento da PNA, pesquisadores e/ou uma perspectiva advinda de pesquisadores internacionais, especificamente estadunidenses. Desse modo, há uma especificação sobre a globalização acerca do tema *alfabetização*, reforçando, conforme Maluf (PNA, 2019, p. 19), que "[...] neste início do século XXI a alfabetização eficaz é um tema global, cada vez mais prioritário nos países desenvolvidos. Assim, aprender a ler tornou-se direito de todos e necessidade primária no mundo desenvolvido". (BRAGA;ADÃO; AMBROS*,*

2020, p. 251).

Há um retrocesso e caráter antidemocrático e/ou um *Projeto Ideológico do Governo Federal?* Refletindo acerca da questão, Gontijo e Antunes (2019), Morais (2019) e Mortatti (2019) trazem em consenso de olhares, opiniões e diálogo sobre o modo como os aspectos, organização e modos de pensar política, o campo educacional e, por conseguinte, o processo de *ensinoaprendizagem* advindos da PNA podem levar a uma *homogeneização da aprendizagem* (MORAIS, 2019) uma generalização e possível exclusão (GONTIJO; ANTUNES, 2019) e imposição de *pensamento único,* por meio do método fônico/instrução fônica (MORTATTI, 2019).

Considerações finais

Os estudos de Gontijo e Antunes (2019), Morais (2019), Mortatti (2019), Leal (2019), Piccoli (2019) e Braga;Adão e Ambros (2020) trazem à tona significativos apontamentos, em relação a PNA, contribuindo para com nossa construção de nosso *excedente de visão* acerca deste texto e/ou documento.

Evidenciamos as justificações para a implementação da PNA e as possíveis influencias advindas desta implementação, compreendendo assim todo ambito político social e educacional brasileiro.Vale ressaltar que, é perceptível, como salientado pelos autores supracitados, que há circunscrito na implementação desta *política* um possível *projeto ideológico,* projeto este que pode afetar as vivências de todo ambito educacional brasileiro e mais diretamente, os processo de alfabetização, de maneira negativa e/ou *silenciadora* ou de maneira significativa das vidas e vivências de todas crianças, jovens, adultos e idosos brasileiros.

Logo, se faz extremamente importante o estudo, a compreensão e a efetiva ação em relação a PNA, buscando *ética, responsável* e *responsivamente* compreendê-la, tendo sempre em mente a relevância de uma alfabetização deveras significativa e dialógica.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da Criação Verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. – 6ª edição. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 476 p.

BRAGA. Ana Claúdia. ADÃO. Jorge. AMBROS. Zeli. PNA 2019 – **Alguns aspectos dos pensamentos pedagógicos que permeiam a Política Nacional de Alfabetização**.

Revistade Educação, Ciência e Cultura. Canoas, v.25, n.2, p. 239-253, julho, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/6410 >. Acesso em: 24 denovembro de 2020

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. Grupo de Trabalho alfabetização infantil (2007). **Os novos caminhos:** relatório final. 2. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA:** *Política Nacional de Alfabetização.* Brasília: MEC, Sealf: 2019.

FILHO, Urbano Cavalcante. TORGA, Vânia Lucia Menezes. **Língua, Discurso, Texto, Dialogismo e Sujeito:** compreendendo os gêneros discursivos na concepção dialógica, sócio-histórica e ideológica da língua(gem). In: Anais do Congresso de Estudos Linguísticos – CONEL, I., 2011, Vitoria-ES. Disponível:< https://periodicos.ufes.br/index.php/conel/article/view/2014>. Acesso em: 17 de março de 2021.

FIORIN, José Luiz. **Língua, Discurso e Política**. Alea (online), v.11, n.1, 2009, p.148 – 165. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/alea/v11n1/v11n1a12.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**/ José Luiz Fiorin. – 2. Ed., 5ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. 160 p.

GONTIJO. Claudia. ANTUNES. Janaina. **Diálogo com o Plano Nacional de Alfabetização (2019);** contrapalavras. Revista Brasileira de Alfabetização. Belo Horizonte, MG. v.1. n.10 (edição especial). p. 32- 37. outubro, 2019. Disponível em: <http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/371>.Acesso em: 18 de novembro de 2020.

LEAL. Telma. **Apontamentos sobre a Política Nacional de Alfabetização 2019**. Revista Brasileira de Alfabetização. Belo Horizonte, MG. v.1. n.10 (edição especial). p. 32- 37. outubro,2019. Disponível em: < http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/358 >. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

MORAIS. Artur. **Análise Crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) Imposta peloMEC através de Decreto em 2019**. Revista Brasileira de Alfabetização. Belo Horizonte, MG. v.1. n.10 (edição especial). p. 32- 37. outubro, 2019. Disponível em: < http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>. Acesso em: 18 de novembro de 2020

MORTATTI. Maria do Rosário. **A "Política Nacional de Alfabetização" uma "Guinada" (IDEO) Metodológica para trás e pela Direita**. Revista Brasileira de Alfabetização. Belo Horizonte, MG. v.1. n.10 (edição especial). p. 32- 37. outubro, 2019. Disponível em: < http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/348>. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

PICCOLI. Luciana. **Política Nacional de Alfabetização:** breves contribuições para um

olhar crítico. Revista Brasileira de Alfabetização. Belo Horizonte, MG. v.1. n.10 (edição especial). p.32-37. outubro, 2019. Disponível em: < http://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/364 >. Acesso em: 18 de novembro de 2020.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**. Tradução Valdemir Miotelo. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-28.

PUZZO, Mirian Bauab. **Gênero Discursivo, Estilo, Autoria**. Linha D´gua (Online), São Paulo,v.28, n.2, p. 172 – 189, dez 2015, p. 172 – 189. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4224.v28i2p172-189>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.